



TREINAMENTOS EM GESTÃO PÚBLICA

CONVIDA

Curso em Maringá – PR

**Dias 06, 07 e 08 de
Março de 2024.**

TEMA:

TRIBUTOS MUNICIPAIS:

**FISCALIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, MAJORAÇÃO,
COBRANÇA E DETERMINAÇÕES DO TCE/PR. –
GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA E REDUÇÃO DE
PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL.**

www.nstreinamentos.com.br

Programação

Dia 06/03/2024 – Das 09:00h as 12:00h

- Inscrições e credenciamento dos alunos.
- Entrega das Apostilas e material de apoio.
- Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados.

Dia 06/03/2024 – Das 14:00h as 17:00h

- TRIBUTOS MUNICIPAIS: Fiscalização, Instituição, Majoração, Cobrança e determinações do TCE/PR – Gestão da Dívida Ativa e redução de Processo de Execução Fiscal. {Parte I}
- Professor: Dr. Bruno Grego Santos.

Dia 07/03/2024 – Das 09:00h as 17:00h

- TRIBUTOS MUNICIPAIS: Fiscalização, Instituição, Majoração, Cobrança e determinações do TCE/PR – Gestão da Dívida Ativa e redução de Processo de Execução Fiscal. {Parte II}
- Professor: Dr. Bruno Grego Santos.

Dia 08/03/2024 – Das 09:00h as 11:00h

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos diplomas.



Professor: Normélio Schneider.

Coordenadores:



Angélica Letícia Moura



Jakeline Battisti



Elizabeth Lopes.

INSCRIÇÕES:

Site: www.nstreinamentos.com.br

Telefones:

(45) 99934-1188 - Normélio

(45) 99837-0304 - Angélica

(45) 99989-0604 - Jakeline

E-mail: contato@nstreinamentos.com.br

Temário

- TRIBUTOS MUNICIPAIS: FISCALIZAÇÃO, INSTITUIÇÃO, MAJORAÇÃO, COBRANÇA E DETERMINAÇÕES DO TCE/PR. – GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA E REDUÇÃO DE PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

1 – Introdução:

1.1 – Interesse Público;

1.2 – Gestão de resultados;

1.3 – A importância do Controle da gestão de recursos.

1 – Fiscalização Financeira e Orçamentária: O Controle da Administração Pública.

2 – Arrecadação Municipal e Finanças Públicas;

3 – Responsabilidade Fiscal e Leis Orçamentárias;

4 – Controle Interno e a Fiscalização de Tributos;

5 – Atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário;

6 – Competências municipais e avanços jurisprudenciais.

- II – Tributos Municipais:

7 – Princípios e competências tributárias;

8 – Elementos da Obrigação Tributária:

8.1 – Lei

8.2 – Responsabilidade tributária;

8.3 – Fato gerador;

8.4 – Base de cálculo;

8.5 – Lançamento;

8.6 – Crédito tributário;

8.7 – Prescrição.

9 – Impostos Municipais:

9.1.1 – IPTU;

9.1.2 – Apuração do valor venal dos imóveis;

9.1.3 – ISSQN;

9.1.4 – ITBI;

9.2 – Taxas;

9.3 – Contribuições;

9.4 – Pavimentação;

9.5 – Cobranças para a coleta de lixo;

9.6 – Iluminação Pública;

9.7 – Licença de localização para estabelecimentos comerciais.

9 – Inscrição em Dívida Ativa;

10 – Execução Fiscal Tributária;

11 – Execução Fiscal não tributária – Condenação do TCE/PR;

12 – Auditorias do Tribunal de Contas e Determinações;

13 – Obrigação na atualização da Base de Cálculo do IPTU;

14 – TCE-PR: Planta de valores e o Código Tributário – Acórdão 508/22;

15 – Planta de Valores e a Portaria 511/2009 do Ministério das Cidades;

16 – Recomendações do TCE-PR – Acórdão 284/21;

17 – Demonstração de elaboração da Planta Genérica de Valores – PGV;

18 – Desjudicialização do Executivo Fiscal e meios alternativos de cobrança;

19 – Gestão de processos fiscais e o Departamento de Tributos;

20 – Renúncia de receitas e isenções tributárias;

21 – A questão tributária na nova prestação de Contas de Prefeitos;

22 – Disponibilização de modelos normativos.

VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 1.890,00.

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Depósito em nome de:
SCHNEIDER Treinamento e
Capacitação Profissional
em Gestão Pública.

CNPJ 12.137.995/0001-16

PIX: 12.137.995/0001-16

AG 0959-8 - C/C 38019-9

Banco do Brasil

**LOCAL: Hotel Golden Ingá.
Rua Néo Alves Martins – 2398
Maringá – Pr.
44-8439-3036**

**Obs: Entrega de Certificado
somente com mínimo de
75% de participação.**



Público-alvo: Dirigentes e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.

CURRICULUM: Dr. Bruno Grego Santos



Doutor em Direito do Estado, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com estágio de Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e intercâmbio acadêmico na University of Notre Dame na Austrália. Advogado, Professor da Escola de Direito da PUC/Pr, Procurador Municipal, Presidente da Comissão de Advocacia Pública da OAB Maringá, Membro da Comissão do Instituto Brasileiro de Advocacia Pública, Pesquisador da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/USP, Membro do Grupo de Discussão Comparative Administrative Law Initiative da Yale Law School e Membro acadêmico da Procurement Law Academic Network, Vencedor do VII Prêmio Innovare na categoria Advocacia Laurea Acadêmica da Universidade Estadual de Maringá e Menção Honrosa do Prêmio Francisco Cunha Pereira Filho.

> OBJETIVO:

A NS – TREINAMENTOS E CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA, tem como objetivo a capacitação dos servidores, técnicos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo, contribuindo para o aprimoramento de gestão administrativa eficiente, com o intuito de suprir os anseios de uma sociedade que vislumbra no seu representante a base fundamental com resultados à toda sociedade.

Nesse sentido, o presente Curso abordará questões pertinentes aos principais aspectos de devem ser observados por todos os Agentes Públicos no início do exercício financeiro de do último ano de mandato, tais como: aspectos a serem observados para o bom funcionamento e planejamento da atividade parlamentar, regras para a concessão e uso de Diárias, execução do Orçamento público, limite de gastos com pessoal, condutas vedadas aos Agentes Públicos, regras sobre contratação de pessoal, normas para contratação direta à luz da Lei 14.133/2021.

E por conseguinte, com as orientações transmitidas por meio deste Curso, tona-se possível aos Agentes Públicos atuarem de forma mais eficiente, em respeito aos ditames legais e constitucionais, além de agregarem amplo conhecimento e segurança jurídica para realizarem o controle da Administração Pública Municipal, no intuito de satisfazer o interesse público.